

Extinção da SPE e o desmonte da Política de Assistência Estudantil como proposta de governança e desenvolvimento institucional do/no CEFET-MG

O ano de 2020 ficará na memória dos brasileiros como um ano caótico. Questões como a perda de direitos, a desvalorização da educação e da ciência, o descaso com a saúde pública, os discursos de meritocracia e a valorização exacerbada do capital desconsiderando a realidade de grande parte da população deixarão marcas difíceis de superar. Constatamos o avanço da lógica de Estado Mínimo, com a sobreposição do privado ao público, por meio do desmonte das políticas públicas e as ofensivas neoliberais sobre os direitos sociais. E na tentativa de “passar a boiada” vale tudo: maquiagem das informações, divulgar *fake news* e até aproveitar-se do período de quarentena para a tomada de decisões sem a participação popular.

Todo o contexto nacional vem se refletindo no âmbito das instituições, onde percebe-se o comprometimento de políticas de ações afirmativas, que visam combater o racismo estrutural, a negligência em relação à população em situação de vulnerabilidade, que resultam na retirada de direitos. No CEFET-MG, nos deparamos com decisões autoritárias nos colocando na condição de receptores das lógicas do alto escalão da instituição, que culminam na desvalorização dos servidores, na precarização do trabalho e na desarticulação das equipes engajadas na democratização da educação pública, crítica e de qualidade.

Nessa perspectiva, assistimos com perplexidade e resistimos, com indignação, ao desmonte da Secretaria de Política Estudantil (SPE) e suas respectivas Coordenações de Política Estudantil (CPEs) sem a realização de um diálogo profícuo, de reconhecimento e respeito à trajetória e ao acúmulo de saberes dos servidores comprometidos e alinhados às diretrizes de uma política estudantil ratificada pelo Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), construída arduamente e, por diferentes segmentos, no âmbito do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assistência Estudantil (FONAPRACE).

Sobre as extintas SPE/CPEs, merecem relevo as positivas avaliações recebidas pelos diferentes segmentos veiculados pelas ferramentas de avaliação institucional nos últimos anos. Destaca-se a sua projeção temporal alcançada, a qual se referenciou por um trabalho qualificado e comprometido com as demandas estudantis, assim como, pelo alinhamento técnico e político de sua equipe, com diretrizes bem definidas e formas horizontalizadas do fazer profissional, fundamentado em princípios construídos nacionalmente.

Nesse contexto, as tentativas de diálogo, de valorização de saberes e competências na defesa da Política de Assistência Estudantil, que fomenta a permanência na perspectiva da inclusão social, caracterizaram o nosso trabalho. Foram apontados diversos argumentos sobre as fragilidades e riscos da proposta de reestruturação organizacional, tal qual foi aprovada, bem como foram apresentadas contrapropostas visando reformulações. No entanto, todas as tentativas de trocas e de aprofundamento das discussões, mediante argumentos técnicos e proposições, foram ignoradas pela gestão. A consulta aos estudantes, como sujeitos de direitos, também foi igualmente desconsiderada, em um projeto político de assistência regido por uma lógica de mero “atendimento ao aluno”.

A implementação do novo setor concebido como de “Desenvolvimento Estudantil” e a consequente dissolução da concepção de Política de Assistência Estudantil alerta sobre a ideia de desenvolvimentismo, aqui percebido como governamentalidade orientada por uma natureza corporativa, que nos remete a um modo de comportamento e de práticas que valorizam o desempenho e a autoresponsabilização estudantil e, que se deslocam de um centro (organizador) para um público que é alvo.

Conduzido ao modo de empreendimento colonial, tal reestruturação de ideologia desenvolvimentista atualiza sistemas de poder e formas de dominação, sugerindo a indagação “o que o desenvolvimento cala?” Responsabilizar unicamente os estudantes pelo seu sucesso ou fracasso escolar/acadêmico significa conformar/ajustar permanentemente aqueles que se expressem/revelem fora de padrões esperados ou estabelecidos, constituindo uma práxis higienista das subjetividades estudantis, violentando-os em seus modos de ser e existir.

O projeto político de "desenvolvimento estudantil" proposto pela reestruturação organizacional desconfigurou e descaracterizou o eixo SPE/CPEs, reduzindo o trabalho crítico e propositivo da Política Estudantil à execução de demandas pontuais e simplistas, pautadas pelo viés de um assistencialismo de concessão de benefícios e não pelo reconhecimento de direitos, denotando claro desvio de finalidade.

A proposta da Diretoria de Governança e Desenvolvimento Institucional e da Diretoria Geral para o setor, transfigurado ao nível de mero atendimento ao aluno, desmonta a Política de Assistência Estudantil, na medida em que não assegura processos democráticos no planejamento e implementação de suas políticas; não oferece condições de trabalho pela ampliação de demandas com consequente sobreposição e acúmulo de tarefas aos setores aglutinados (SPE/CPEs, Coordenações Pedagógicas, Núcleo de Inclusão e Aprendizagem, CGRID); não define uma política institucional que qualifique o trabalho e dê garantias de um patamar mínimo de inclusão social e educacional; não disponibiliza/admite novos servidores em seu quadro de forma a atender, minimamente, as novas demandas instaladas; não promove o engajamento da comunidade escolar/acadêmica em medidas de inclusão educacional; não proporciona formação continuada ao quadro docente condizente com as demandas e desafios da inclusão educacional.

Observa-se do mesmo modo, uma investida para a conversão de uma equipe crítico-reflexiva em uma equipe meramente executora de ações imediatistas, de limitada conciliação com a formação integral dos estudantes, instituída pela formação humana e pelo exercício crítico de cidadania.

Ademais, ao se nomear servidora de cargo docente para a gestão da nova estrutura, até então sempre ocupada com primazia por servidoras de cargo técnico, com conhecida e reconhecida experiência na área, legitimada entre os pares da instituição (e fora dela), revela a intencionalidade de mudança conceitual na gestão da política em questão, bem como, aponta para a desvalorização do saber profissional do corpo técnico da instituição.

Nessa esteira, compreendemos que toda gestão de instituição de ensino, alinhada com a coisa pública e o bem comum, com vistas às readequações institucionais, compreendidas, obviamente como necessárias, deve promover ampla participação, favorecer o diálogo, promover a escuta, esclarecer causas e circunstâncias, realizar consultas aos interessados, assegurando e garantindo a lisura dos processos democráticos.

Por fim, manifestamos nossa indignação frente ao processo de reestruturação organizacional, em especial, no campo da Política de Assistência Estudantil do CEFET-MG. Reafirmamos nosso compromisso ético pelo direito à permanência material e simbólica dos estudantes, com qualidade. Seguiremos defendendo uma educação pública de qualidade, acessível a todos e pautada nos princípios de democracia, liberdade e justiça social.

Servidoras/es da extinta Secretaria de Política Estudantil
Em 10 de julho de 2020.